



Exmo. Senhor
Dr. Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 2994/2017 PROC. Nº: 22.01	05-12-2017

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 98/XIII/3ª DE 13-10-2017
• MERCOSUL - CARNE DE BOVINO

Relativamente à Pergunta parlamentar n.º 98/XIII/3.ª do PSD, cumpre informar o seguinte:

1. Qual a posição de Portugal sobre as negociações em curso entre a União Europeia e o MERCOSUL? Qual a posição de Portugal sobre as consequências do MERCOSUL ao nível alimentar?

A negociação do acordo com o Mercosul tem particular relevância, uma vez que estão em causa blocos de economias fortes e de grande complexidade em termos produção e de consumo, em que importa garantir uma melhoria significativa das atuais condições de acesso e uma maior convergência dos fatores de competitividade.

O MAFDR, tendo subjacente a posição política adotada desde o início da negociação e os interesses que o mercado brasileiro representa para o sector agrícola e agroalimentar nacional, de que se destaca uma forte complementaridade, tem procurado assegurar que os resultados sejam equilibrados nos ganhos a obter pelas partes, sem que sejam comprometidos os necessários equilíbrios sectoriais.

Nos produtos agrícolas e agroalimentares pretendemos melhorias da oferta pautal do MERCOSUL, em produtos tradicionais da exportação nacional tais como o vinho e o azeite, queijo, vegetais e frutas e em enchidos e presuntos e ainda aceder às ramas de açúcar de cana para refinação provenientes destas origens, a traduzir-se numa melhoria do acesso ao mercado da UE.

Acrescenta-se ainda a necessidade de uma proteção efetiva das nossas IGs com maior expressão económica à exportação para os mercados daqueles países, bem como na resolução de medidas e princípios de natureza sanitária e fitossanitária que criam fortes constrangimentos ao comércio e ainda questões de rotulagem que são obstáculos técnicos ao comércio frequentes.

2. Qual a posição de Portugal, em especial, sobre a oferta, por parte da Comissão Europeia, no acesso ao mercado comunitário de uma quota de 70000 toneladas de carne de bovino?

Como já foi referido na resposta à questão 1, manifestámos os interesses do setor agroalimentar nacional, compatibilizando interesses ofensivos com interesses defensivos nos setores em que importa mitigar efeitos de possíveis exportações do MERCOSUL.

Importa assim garantir que sensibilidades europeias e nacionais são acauteladas, mitigando potenciais impactos negativos, como é o caso da carne. Neste âmbito defende-se a importância da existência, neste acordo, de uma cláusula de salvaguarda bilateral específica em agricultura.



3. Quais os estudos de impacto sobre a agricultura portuguesa, no que concerne ao MERCOSUL, que o Governo dispõe?

Existem vários estudos de avaliação de impacto, encomendados pela Comissão Europeia que integram o trabalho subjacente à negociação do acordo.

Uma primeira avaliação do impacto de sustentabilidade (AIS) decorreu em duas fases: uma em 2007 e outra em 2009, integrando a primeira um estudo específico sobre agricultura.

Em março de 2017 foram definidos os termos de referência para realização de nova AIS, justificada pela troca de ofertas da ronda negocial de novembro de 2016 bem como alterações significativas no contexto económico ocorridas desde 2009.

Entretanto a Comissão Europeia publicou, em novembro de 2016, o Estudo sobre o impacto das concessões no âmbito dos acordos de comércio livre em matéria de produtos agrícolas, estudo que procede a avaliação cumulativa das concessões efetuadas em acordos já concluídos e acordos em negociação, que inclui o MERCOSUL.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes